

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1484751 - SP (2013/0362039-4)**

**RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI**

**AGRAVANTE : SANDOZ DO BRASIL INDÚSTRIA  
FARMACÊUTICA LTDA**

**ADVOGADOS : HÉLIO FABBRI JUNIOR E OUTRO(S) - SP093863  
LELIO DENICOLI SCHMIDT E OUTRO(S) - SP135623**

**AGRAVADO : ELI LILLY DO BRASIL LTDA**

**ADVOGADOS : MARCIO CRUZ NUNES DE CARVALHO E  
OUTRO(S) - DF017147  
CARLOS EDUARDO CORRÊA DA COSTA DE  
ABOIM E OUTRO(S) - RJ110246  
IGOR DE ARAUJO PERACIO MONTEIRO E  
OUTRO(S) - DF034499  
TATIANA MACHADO ALVES E OUTRO(S) -  
RJ183027**

**AGRAVADO : ALEXANDRE GIBIM DIAS DA SILVA**

**ADVOGADOS : FÁBIO GINDLER DE OLIVEIRA E OUTRO(S) -  
SP173757  
PAULO AUGUSTO ROLIM DE MOURA E OUTRO(S)  
- SP258814  
ORLANDO LIMA BARROS E OUTRO(S) - SP261120**

**AGRAVADO : ANTÔNIO JOÃO VALANDRO**

**ADVOGADOS : ADRIANA CORDEIRO DA SILVA DE MELO  
PIERANGELI E OUTRO(S) - SP132227  
ORLANDO LIMA BARROS E OUTRO(S) - SP261120**

## EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER C/C PERDAS E DANOS. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. INOCORRÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 211/STJ. DEFICIENTE FUNDAMENTAÇÃO DO RECURSO. SÚMULA 284/STF. COMPROVAÇÃO DE ATO ILÍCITO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. SÚMULA 7/STJ. FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 283/STF.

1. Devidamente analisadas e discutidas as questões de mérito, e fundamentado corretamente o acórdão recorrido, de modo a esgotar a prestação jurisdicional, não há que se falar em violação do art. 535 do CPC/73.

2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados, não obstante a oposição de embargos de declaração, impede o conhecimento do recurso especial.

3. A deficiente fundamentação do recurso especial obsta o seu conhecimento.

4. Alterar o decidido no acórdão impugnado, no tocante à ausência de

# *Superior Tribunal de Justiça*

comprovação de ato e fato ilícitos, bem como quanto a ocorrência de excludente de ilicitude, exige o reexame de fatos e provas, procedimento que é vedado pela Súmula 7/STJ.

5. A existência de fundamento do acórdão recorrido não impugnado quando suficiente para a manutenção de suas conclusões impede a apreciação do recurso especial.

6. Agravo interno não provido.

## **ACÓRDÃO**

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com a Sra. Ministra Relatora. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministra Nancy Andrigli  
Relatora